



A (IN) SUSTENTABILIDADE CAPITALISTA SOB UMA “NOVA ROUPAGEM VERDE”: o fetiche do desenvolvimento sustentável

Mariana Cavalcanti Braz Berger¹

Resumo: O artigo analisa a problemática da destruição ambiental a partir do aprofundamento (egocêntrico e individualista) da relação homem-natureza. Os sinais da destrutividade impulsionada pelo modo de produção capitalista põem a humanidade em alerta do outrora denunciado no século XIX, a incompatibilidade entre a lógica capitalista e a proteção ao meio ambiente. Nesse sentido, aborda a origem e o significado do desenvolvimento sustentável, desvendando o caráter fetichista desse conceito “mágico”, que aparece na cena contemporânea, dentre um conjunto de estratégias, supostamente neutro.

Palavras-chave: Desenvolvimento sustentável, fetiche, capitalismo.

Abstract: This paper analyses the issue of environmental destruction through the deepening (egocentric and individualistic) of the relationship man-nature. The signs of destructiveness driven by the capitalist mode of production alerts humanity about what already had been denounced on the 19th century: the mismatch between the capitalist logic and the protection of the environment. In this sense, this work will address the origin and the meaning of sustainable development, cracking the fetishist character of this "magical" concept, which appears on the contemporary scene within a set of strategies supposedly neutral.

Keywords: sustainable development, fetish, capitalism.

¹ Mestre. Universidade Federal do Maranhão (UFMA). maricsbraz@yahoo.com.br



1. INTRODUÇÃO

A humanidade encontra-se em pleno século XXI com um arsenal de conquistas em termos tecnológicos, no campo das ciências exatas, biológicas e humanas advindas da busca constante por novas respostas e inventos para suprir a imaginação e o desejo dos homens. Nesse rumo grandiosas foram as transformações realizadas no planeta, mas não apenas modificações materiais - na arquitetura com a construção de patrimônios, ou inventos tecnológicos - que ultrapassaram a perspectiva criativa de muitas gerações. Tão significativas quanto destacam-se as transformações na relação homem-natureza, aliás esta é uma relação que antecede a qualquer desenho da sociabilidade humana.

O desenvolvimento capitalista que impulsiona esse conjunto de transformações vem ocorrendo mediante o esgotamento da natureza (hoje compreendida como finita), que, embora não tenha recebido a atenção devida, demonstra há anos a incapacidade de atender a tamanha exploração humana. Para tanto basta lembrarmos situações notórias de degradação ambiental a níveis planetários, como a poluição das cidades, a urbanização acelerada, as grandes secas, os tufões, o aquecimento global através do efeito estufa, ou seja, as mais variadas intempéries.

Diante desses sinais registra-se, no contexto atual, um número significativo de estudos apontando, para além dos fenômenos naturais, que a Terra não suporta o modo de produção e de consumo adotados. Não à toa o capital há alguns anos constatou que se todos os povos do planeta usufríssem do mesmo patamar de consumo (seja na produção de bens materiais - automóveis, eletrônicos e eletrodomésticos - seja de recursos naturais - o uso de energia a partir do petróleo) dos países de primeiro mundo a vida na Terra da espécie humana seria impossibilitada. Nesse sentido estratégias de cunho ideológico vem perpassando a relação do capital com a natureza, como por exemplo, a propagação do conceito de desenvolvimento sustentável.

Podemos, portanto, através da questão ambiental enxergar a contradição do sistema, haja vista que o capital ao se expandir gera e promove a destruição da humanidade, conseqüentemente também o seu fim, a começar do meio ambiente natural. Daí esta questão assumir mais intensamente proporções de “um imperativo humanista” (LÖWY, 2004, p. 103) e surgir globalmente em sua forma fetichizada. Assim, o presente artigo está estruturado em duas partes. A primeira apresenta a problemática do meio ambiente, bem como (antagonicamente) o seu reconhecimento por parte do grande capital e



a incorporação na agenda mundial enquanto uma questão, e a segunda parte reflete a respeito do conceito de desenvolvimento sustentável presente na cena contemporânea como estratégia de sustentação capitalista.

2. O MEIO AMBIENTE NA AGENDA MUNDIAL: A VISIBILIDADE DA QUESTÃO AMBIENTAL

A gênese da história do capitalismo data a partir da ruptura com o modelo feudal trazendo na sua base grandes transformações em todos os aspectos da vida social, sobretudo, no que diz respeito ao atendimento às necessidades humanas. Modificações na organização social que foram possíveis mediante a constituição da Idade Moderna que possibilitou a conformação do sistema capitalista, em sua decorrência a partir do nascimento e fortalecimento da classe burguesa.

Todavia reconhecemos as transformações societárias pelas quais o mundo passou, destacamos que o meio ambiente natural² não recebeu a mesma importância científica ou de caráter *ex ante* como outras áreas que atingiram patamares elevados em termos de avanços, bem como de intervenções políticas e econômicas. A não ser por poucos pensadores, a exemplo dos românticos como alerta Löwy (2004, p. 91),

Os primeiros críticos desse modelo de civilização capitalista/industrial foram os românticos: desde a segunda metade do século XVIII (Rousseau!) até nossos dias (o historiador inglês E.P.Thompson), o romantismo protestou contra a quantificação, a mecanização e o desencantamento do mundo, em nome de valores culturais, sociais ou éticos pré-capitalistas.

Na contemporaneidade são notórios os sinais advindos da força da natureza os quais reforçam o que o movimento ambientalista vem difundindo mais enfaticamente a partir do século XX (quando a questão ambiental³ assume maior visibilidade), que o mundo vivencia “uma crise de civilização que exige mudanças radicais” (LÖWY, 2004, p. 100). A humanidade tem explorado de forma exacerbada a natureza, no entanto, toda essa ação egocêntrica e individualista vem sendo posta em xeque à medida que a natureza demonstra os limites de sua apropriação. O avanço da investigação científica aponta esses limites

² Meio ambiente em uma concepção abrangente significa toda a natureza, compreendendo o natural, além do meio artificial e dos bens culturais correlatos. Desse modo, a expressão meio ambiente natural corresponde apenas ao meio biofísico, como a fauna, a flora, o ar, o solo, a água, a energia.

³ Entendemos por questão ambiental, tal como Silva (2010b, p. 143), “o conjunto das manifestações da destrutividade ambiental, resultantes da apropriação privada da natureza, mediadas pelo trabalho humano”.



através de dados quantitativos e de projeções que se opõem ao ranço cultural do homem de que a Terra seria “como um baú de recursos, sem espírito e entregue ao bel-prazer do ser humano” (BOFF, 2012, p. 41). Ainda segundo este autor, com base no relatório Planeta Vivo de 2010, “[...] no ano 2030 precisaremos de pelo menos três planetas Terra iguais a este que temos” (BOFF, 2012, p. 25). Sendo assim essa é uma preocupação que afeta tanto socialistas quanto capitalistas, como assunto de interesse comum, embora as ferramentas de enfrentamento sejam antagônicas.

Nesse sentido, apontamos que em virtude da necessidade da expansão capitalista, a questão ambiental não havia recebido a intervenção cabível e urgente, embora as implicações da ação humana frente ao meio ambiente não fossem algo peculiar daquele e nem do atual período da organização societária. As implicações da destruição ecológica no sistema capitalista se materializam desde sua origem, pois possuem fundamento na propriedade privada, no mercado e no lucro (PIMENTEL, 2008). Daí a afirmação de Mészáros (2009, p. 52/53), de que “o problema da ecologia é real já há algum tempo”, tanto o é “que Marx abordou a questão no início dos anos 40 do século XIX”.

Apesar dos elementos apontados por Marx e Engels⁴ projetando os danos ao meio ambiente e à própria humanidade, causados por um sistema marcado pela produção de supérfluos, essa questão só adquiriu maior visibilidade no pós-II Guerra Mundial. A partir da segunda metade do século XX houve o fortalecimento da agenda política da esquerda, na qual uma das pautas era a discussão em defesa do meio ambiente fruto dos movimentos ambientalistas, inicialmente das décadas de 1960/70 (SILVA, 2010a).

Esse movimento somou forças que se aglutinaram em 1968 no Clube de Roma, onde autoridades se reuniram para discutir os problemas ambientais a partir do reconhecimento da falência dos recursos naturais, resultando na elaboração de um estudo intitulado “Limites do Crescimento” que só foi publicado quatro anos depois. Em 1972 a comunidade internacional, através da Organização das Nações Unidas (ONU), realizou a I Conferência Mundial sobre o Meio Ambiente Humano, em Estocolmo - Suécia.

O debate levantado pelo Clube de Roma e pela Conferência de Estocolmo direcionava para os principais problemas ambientais, como a industrialização, a explosão demográfica e o crescimento urbano. Eventos como estes contribuíram para introduzir os assuntos ambientais na agenda pública e criar uma série de instituições, documentos e

⁴ De acordo com Löwy (2005, p. 19), “[...] os temas ecológicos não ocupam um lugar central no dispositivo teórico marxiano”. Contudo, destaca-se que em alguns textos os autores teceram reflexões a respeito da relação entre as sociedades humanas e a natureza, como: A Ideologia Alemã (1974), Introdução à Contribuição à Crítica da Economia Política (2008), O Capital - volumes I e III (1984, 1985).



encontros de proporção mundial voltados à proteção ambiental, como a criação do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) indicado pela referida Conferência com o objetivo de difundir, sobretudo aos países-membros, as problemáticas ambientais mais urgentes (SILVA, 2010b).

No ano de 1983 foi criada a Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMAD) que se reuniu quatro anos depois na Noruega. O produto de maior destaque dessa Comissão, presidida na época pela primeira ministra Gro Harlem Brundtland, foi o Relatório de título “Nosso Futuro Comum”, conhecido também como Relatório Brundtland. Com 25 anos de existência do referido relatório destacamos a principal demanda do capital posta naquele contexto, qual seja: possibilitar a relação entre desenvolvimento econômico e conservação do meio ambiente – expandida para toda a humanidade indistintamente – atrelada inclusive a superação da pobreza nos países em desenvolvimento de forma que proporcione crescimento contínuo aos países desenvolvidos.

Orientados, sobretudo, pela Organização das Nações Unidas diversos encontros de proporção mundial vem sendo realizados ao longo desses anos, com destaque para a Conferência ECO-92 ou Rio-92. Os principais documentos desta Conferência foram a “Carta da Terra”, a “Declaração de Princípios sobre a Floresta” e a “Agenda 21”, que apresentaram propostas para um desenvolvimento ambiental sustentável. Passaram-se dez anos, ocorreu outra Conferência em Joanesburgo, na África do Sul, e no mês de junho de 2012, a Rio+20, no Brasil. Nesse intervalo de décadas ocorreram também muitos encontros locais, pré-conferências e elaboração de relatórios propagando o conceito palatável de desenvolvimento sustentável.

A questão ambiental tem alcançando visibilidade ao ponto de influenciar a formulação de políticas públicas locais e mundiais. Nessa direção, o nosso país formulou legislações específicas sobre a gestão ambiental pública, a exemplo do artigo 225 da Constituição Federal de 1988, da introdução de ministérios ou agências para o planejamento e execução de políticas ambientais (SILVA, 2010b).

Decerto a expressão desenvolvimento sustentável fincou raízes no final dos anos 1980 se consolidando como (se fosse) uma nova concepção de “desenvolvimento”, com um viés claramente ambiental, mas considerando também as variáveis econômicas, sociais, políticas e culturais. Desse modo, ao longo de cerca de uma década, o tema adquiriu relevância em todo o mundo e em todos os espaços requeridos configurando uma nova



ideologia. Contudo, não se trata de um conceito homogêneo posto que existem adeptos e críticos, conforme discutiremos a seguir.

3. DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: ESTRATÉGIA IDEOPOLÍTICA DE SUSTENTAÇÃO CAPITALISTA

As estratégias de enfrentamento da questão ambiental impulsionadas pelo grande capital estão direcionadas ao propósito de reforçar as suas bases hegemônicas e “converter em seu favor as mazelas de sua produção destrutiva” (SILVA, 2010b, p.142), ao mesmo tempo em que reproduz o caráter alienado e pretensamente neutro da relação do capital com o meio ambiente. Nesse movimento surgiu a proposta do Desenvolvimento Sustentável⁵ e o seu conceito, considerado como “o processo que melhora as condições de vida das comunidades humanas e, ao mesmo tempo, respeita os limites da capacidade de carga dos ecossistemas” (SACHS, 1993, p. 24). Ainda conforme este autor os três pilares do desenvolvimento sustentável são “os critérios de relevância social, prudência ecológica e viabilidade econômica” (SACHS, 2002, p. 35).

Neste entendimento, o desenvolvimento sustentável é visto de forma tridimensional, na qual a pobreza consiste em um elemento chave e na principal alternativa ao “sucesso” do desenvolvimento sustentável (SILVA, 2010b). Posto que desde o Clube de Roma as teses caminham na direção de apontar o crescimento demográfico e as aglomerações humanas como causas dos problemas ambientais, segundo os apologistas do capital, em decorrência do impacto que estes exercem sobre os recursos naturais do planeta Terra.

No entanto, estas ideias não encontraram respaldo por parte de

diversos segmentos do pensamento social e dos movimentos ambientalistas, visto a clara defesa do padrão de consumo dos países centrais – isentando-os de sua condição de poluidores – ao mesmo tempo que responsabilizam “os pobres” pela degradação do planeta (SILVA, 2010b, p. 168).

O que só reafirma a posição ideológica da proposta do desenvolvimento sustentável e o seu caráter fetichista advindos de uma política ambiental global pensada e executada

⁵ O termo foi inicialmente utilizado pelos pesquisadores anglo-saxões em substituição (e em alguns países como sinônimo) ao denominado ecodesenvolvimento (SACHS, 1993). Contudo, Nogueira e Chaves (2005, p. 136), tecem significados diferentes para cada termo, sendo o ecodesenvolvimento considerado como aquele que “busca a superação da lógica individualista/predatória do capital, o segundo conceito [desenvolvimento sustentável] busca responder aos desafios da crise ambiental mediante mecanismos que consolidam o sistema vigente, isto é, visa ao mesmo modelo de desenvolvimento sob uma “nova roupagem verde”.



por instituições responsáveis por alimentar os processos de expansão do capital. Assim, sobretudo do ponto de vista ideológico, o sistema objetiva encobrir e mistificar a sua lógica exploradora mediante o domínio e o controle sobre os recursos naturais propondo um outro modelo de desenvolvimento. Este modelo de desenvolvimento sustentável proposto não representa um outro tipo de desenvolvimento, mas uma estratégia defendida pelo capital e em nome da sua própria sobrevivência.

Em alusão a categoria desvendada por Marx, entendemos que o desenvolvimento sustentável aparece na cena contemporânea como um fetiche, conforme Pires (1999, p. 140), o “fetiche é um ídolo, um amuleto, algo enfeitado, que tem poderes inexplicáveis, de origens misteriosas”. A defesa em torno desse conceito representa, portanto, um alheamento do que de fato significa o modelo de desenvolvimento proposto pelo capital, gerando um ocultamento do antagonismo desse sistema e da sua suposta permanência.

A pauta tem sido na perspectiva de convocar a sociedade (de forma individual) a preservar o meio ambiente e os governos a produzirem sem degradá-lo, estando muito mais esta conclamação do ponto de vista do discurso ideopolítico, vez que não surtiu expressivos efeitos na prática para os países desenvolvidos (como os Estados Unidos⁶) e ainda colocou no mesmo patamar de exigência os países desenvolvidos e os em desenvolvimento ou emergentes como no caso do Brasil. Para estes últimos, o desenrolar dos sinais do impacto ambiental acarreta repercussões na vida da população de forma muito mais drástica, diante do modelo de desenvolvimento socioeconômico imposto pelo capitalismo, concentrador de renda e riquezas e profundamente mantenedor da desigualdade entre os países ricos e os países pobres.

Particularmente o Brasil situado na rota da exploração (desde sua “descoberta”) sofre os rebatimentos da intensificação da lógica da acumulação ilimitada do capital baseada no discurso falacioso do desenvolvimento, que se caracteriza por ser impulsionador de uma grave crise social e ambiental. Desse modo, a problemática do meio ambiente também perpassa a problemática social não podendo ser vista de forma separada o que requer a inter-relação de saberes das várias ciências.

⁶ Registra-se a dificuldade dos países ricos em efetivar os acordos firmados e cumprir as metas estabelecidas, a exemplo dos Estados Unidos. Ao mesmo tempo em que é um dos maiores poluidores do mundo se nega na prática a dividir as responsabilidades com os demais países quando se trata de diminuir os seus interesses econômicos. Demonstrou essa postura desde a Rio-92 quando não assinou a Convenção sobre Biodiversidade e em 1997 na Conferência de Kyoto, no Japão, não concordou em reduzir as emissões de gás carbônico(CO2) na atmosfera.



4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O entendimento de que o ser humano só existe em dependência a Terra, e não o contrário, pois para esta o homem é dispensável, não vem gerando na prática grandes alterações. As iniciativas de proteção à natureza existem, mas ainda são pontuais e direcionadas para defender os interesses de uma única classe, à medida que a destruição desenfreada, a partir da ação humana, acarreta sérios danos ambientais e sociais, bem como sérios rebatimentos para a vida dos trabalhadores.

Nesse sentido, afirma Reigota (1994 apud NOGUEIRA; CHAVES, 2005, p.130), “o homem vive na contemporaneidade profundas dicotomias, pois se considera como um elemento da natureza, mas vive como se fosse um ser à parte, apenas observador e/ou explorador da mesma”. Apesar desse entendimento, ainda é muito presente o distanciamento entre a cidade e o campo, entre o humano e o natural, e mais ainda o envolvimento da sociedade no tocante a cobrança por parte do Estado na elaboração e implementação de políticas públicas direcionadas à preservação do meio ambiente.

De modo geral os documentos encabeçados pelo grande capital não apresentaram críticas ao modelo capitalista industrial, embora já houvesse (pelos próprios) o reconhecimento da imprescindibilidade do equilíbrio entre o social, o econômico e o ambiental para a sua manutenção. Por isso não passa de mera pretensão embutida pelo capitalismo frente aos organismos internacionais, principais defensores desse equilíbrio - leia-se sustentabilidade. Assim, todas as estratégias que estão sendo mediadas pelo desenvolvimento sustentável vão no sentido de promover a sustentação do sistema, o qual também corre riscos de sobrevivência tal como a vida humana.

O que vem exigindo respostas filosóficas, políticas e de fato efetivas para alterar este cenário de graves consequências, onde defendemos a superação desta ordem posta em prol da construção de um outro modelo de sociedade.

5. REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição Federal de 1988**. Promulgada em 05 de outubro de 1988. Brasília: Senado Federal, 2005.



LÖWY, Michael. De Marx ao ecossocialismo. In: SADER, Emir e GENTILI, Pablo (Orgs). **Pós-neoliberalismo II: que Estado para que democracia?** 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2004, p. 90 - 107.

NOGUEIRA, Marinez Gil; CHAVES, Maria do Perpétuo Socorro R. Desenvolvimento sustentável e codesenvolvimento: uma reflexão sobre as diferenças ideopolíticas conceituais. In **Somanu Revista de Estudos Amazônicos**. Ano 5. N.1. Manaus: Universidade Federal do Amazonas, jan./jun. 2005.

MÉSZÁROS, István. **A crise estrutural do capital**. São Paulo: Boitempo, 2009.

PIMENTEL, Edlene. Destruição e devastação do meio ambiente no capitalismo. In **XI Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social (ENPESS)**, São Luís, 2008.

PIRES, Valdemir. Fetichismo na teoria marxista: um comentário. In **Impulso**, 1999.

SACHS, Ignacy. **Estratégias de transição para o século XXI: desenvolvimento e meio ambiente**. São Paulo: Studio Nobel: Fundação do desenvolvimento administrativo, 1993.

_____. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. STROH, Paula Yone (Org.). 3. ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

SILVA, Andréa Lima da. Desenvolvimento Sustentável e Desenvolvimento como Liberdade – faces imperativas da acumulação capitalista. In **XII Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social (ENPESS)**, Rio de Janeiro, 2010a.

SILVA, Maria das Graças e. **Questão ambiental e desenvolvimento sustentável: um desafio ético-político ao Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 2010b.